

DESEMPENHO NA DISTRIBUIÇÃO DE RIQUEZA MEDIDA POR MEIO DA DVA DO SETOR PETROLÍFERO BRASILEIRO

Rodrigo Otávio Fonseca Rodrigues¹, Kelly Cristina de Oliveira²

Resumo: O estudo se propõe analisar a forma como ocorreu a distribuição da riqueza gerada pelas empresas petrolíferas do segmento de exploração, refino e distribuição, listadas na B3 (Brasil, Bolsa, Balcão), que atuaram no Brasil nos exercícios 2013 a 2017. A pesquisa de caráter quantitativo e descritivo usou como amostra cinco empresas do setor petrolífero listadas na B3 (Brasil, Bolsa, Balcão). A amostra foi definida por meio de método não probabilístico, tendo como critério de seleção as empresas que possuíam todas as informações disponíveis para todo o período analisado. O estudo se baseou na análise horizontal, vertical e de indicadores de análise da DVA (Demonstração do Valor Adicionado). Constatou-se um leve aumento na capacidade de produzir riqueza durante o período analisado. Quanto à distribuição, foi possível observar que a maior parte da riqueza gerada pelo setor foi destinada ao governo. O valor distribuído a terceiros ficou na segunda colocação, seguido da quantia repassada aos empregados e a menor participação foi destinada aos sócios e acionistas. Cabe ressaltar o fato dessa participação dos sócios e acionistas sofreu redução durante o período analisado. O setor petrolífero apresentou capacidade de produzir riqueza, onde 95,9% de todo o valor adicionado gerado no período foi constituído pelas próprias empresas.

Palavras-chave: Demonstração do Valor Adicionado, Setor Petrolífero, Valor Agregado.

1 INTRODUÇÃO

A contabilidade surge nos primórdios da civilização, aproximadamente no ano 8000 A.C. com a necessidade de controlar os semoventes e os resultados da produção agrícola, objetivando a acumulação da riqueza. Como não dispunham de recursos tecnológicos, números ou de uma ciência desenvolvida, estes camponeses utilizavam fichas confeccionadas em barro, para registrar os seus bens e direitos (PINTO, 2002).

Devido ao aumento da competitividade, impulsionado pela globalização, a informação contábil tornou-se ferramenta indispensável para a estruturação das estratégias e modelos de gestão, sendo essencial à sobrevivência das empresas.

Com o desenvolvimento da Ciência Contábil e a necessidade da informação por parte dos *stakeholders*, surgiram as demonstrações contábeis tradicionais, que são utilizadas até os dias atuais, como: o Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos, que posteriormente foi substituída pela Demonstração dos Fluxos de Caixa (CONSENZA, 2003).

No entanto, tais demonstrações tinham como objetivo atender basicamente às necessidades dos sócios, acionistas, credores e dos governos, com interesses no retorno dos recursos aplicados e na apuração dos tributos, respectivamente. Todavia, tais demonstrações não forneciam informações que explicitassem o valor que aquela entidade

¹ Bacharelado em Ciências Contábeis.

² Mestra em Administração.

agregava à comunidade em que estava inserida e que pudessem ser utilizadas por empregados, sindicatos, governos locais e pela própria população.

Na década de 60, alguns movimentos sociais ocorridos na França, Alemanha e Inglaterra cobravam mais interesse acerca da responsabilidade social por partes das empresas, o que fez com que em 12/07/1977 fosse divulgada na França a Lei nº 77.769, tornando obrigatória a divulgação do Balanço Social a partir de 01/01/1978 para as empresas que tivessem mais de 750 empregados, e a partir de 01/01/1982 para as que tivessem 300 ou mais empregados (CUNHA; RIBEIRO; SANTOS, 2005; CARNEIRO, 1994).

De acordo com Tinoco (1984, pág. 108) o Balanço Social é “um instrumento de gestão e de informação que visa reportar, de forma mais transparente possível, informações econômicas e sociais, do desempenho das entidades, aos mais diferenciados usuários, dentre estes os trabalhadores”.

A Demonstração do Valor Adicionado é, originalmente, parte integrante do Balanço Social. No entanto, costumeiramente esta é apresentada de forma individual. De acordo com Cunha et al. (2005), a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) nos permite identificar a riqueza gerada pela empresa, identificar a riqueza recebida em transferência e apresenta como esta riqueza é distribuída entre os agentes que contribuíram para a geração desta.

A partir da Demonstração do Valor Adicionado é possível analisar de forma mais precisa a relação existente entre as empresas e sua contribuição para comunidade na qual está inserida, seja na forma de impostos, taxas e contribuições, remuneração de trabalhadores, encargos sociais e remuneração de capitais próprios ou de terceiros (MELO et al., 2016). Ante o exposto, surge o problema de pesquisa: **Como é distribuída a riqueza gerada pelas empresas petrolíferas listadas na B3 (Brasil, Bolsa, Balcão), que atuaram no Brasil nos exercícios 2013 a 2017?**

Partindo do problema de pesquisa apresentado, o objetivo geral desta pesquisa é analisar a forma como ocorreu a distribuição da riqueza gerada pelas empresas petrolíferas, listadas na B3 (Brasil, Bolsa, Balcão), que atuaram no Brasil nos exercícios 2013 a 2017.

Ressalta-se que a escolha por analisar o valor adicionado pelas empresas petrolíferas que atuam no Brasil, ocorreu pela importância do setor na economia brasileira e do estado do Rio Grande do Norte. Pode-se dizer que tal importância advém do fato de que, além de ser matéria prima para combustíveis como óleo diesel, querosene de aviação e gasolina, o petróleo é também a base de um grande número de produtos industrializados, que vai desde a parafina e da nafta petroquímica aos tecidos e plásticos (MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, 2011). No ano de 2014, por exemplo, o setor de petróleo e gás chegou a ter uma participação de 13% no PIB nacional, de acordo com o então diretor de gás e energia da Petrobras, José Alcides Santoro.

Este trabalho justifica-se pela importância do conhecimento acerca dos resultados que uma organização empresária pode trazer não somente aos seus sócios e investidores, mas a toda sociedade na qual ela está inserida (CONSENZA, 2003). Mostrando e avaliando, inclusive, como a riqueza está sendo distribuída dentro de um dos setores econômicos mais relevantes para o país. O estudo pode servir de base para novos trabalhos científicos e auxiliar os agentes formadores de riqueza destas empresas, ou outros interessados a terem conhecimento da efetiva geração e distribuição desta, permitindo uma melhor tomada de decisões.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 BALANÇO SOCIAL

As empresas como sistema aberto, não funcionam de forma isolada em relação à comunidade ao seu redor. De acordo com Porter e Kramer (2002), sua capacidade competitiva também depende das circunstâncias dos locais onde estas operam. Uma educação de qualidade, por exemplo, é comumente vista como uma questão estritamente

social, no entanto, o nível educacional da comunidade irá afetar diretamente a competitividade, qualidade dos produtos e serviços e o potencial de uma empresa.

Como forma de evidenciar a contribuição das empresas à sociedade, surge em meados da década de 60 e 70 o Balanço Social. Na concepção de Mazzoni e Tinoco (2005), o Balanço Social é uma ferramenta utilizada pela contabilidade com o objetivo de fornecer aos seus usuários informações mais úteis, confiáveis e imparciais, de caráter financeiro, econômico e social, que revelam a responsabilidade das entidades perante a sociedade e que permite avaliar os reflexos das atividades empresariais sobre o meio ambiente em que ela está inserida.

Com base na Fundação Instituto de Pesquisa Contábeis, Atuariais e Financeiras (FIECAFI, 2010, p. 7), o Balanço Social divide-se em quatro vertentes, conforme disposto no quadro 1.

Quadro 1 – Vertentes do Balanço Social.

Vertente	Objetivo
Balanço Ambiental	Divulgar a postura da entidade em relação aos recursos naturais, abrangendo os gastos com proteção, preservação e recuperação destes recursos; investimentos em máquinas e tecnologias voltados à área ambiental.
Balanço de Recursos Humanos	Evidenciar o perfil da mão de obra: sexo, idade, grau de instrução, estado civil; remuneração e benefícios: salários, gratificações, auxílios saúde, alimentação transporte etc; gastos com treinamentos dos empregados.
Demonstração do Valor Adicionado	Evidenciar a contribuição da organização para o desenvolvimento social e econômico da região em que está situada.
Benefícios e Contribuições à Sociedade	Demonstrar o grau de responsabilidade social assumido pela entidade e desta forma prestar contas à comunidade pelo uso do patrimônio público, composto por recursos naturais, humanos e o direito de desfrutar dos benefícios da sociedade em que opera.

Fonte: Adaptado de FIECAFI (2010).

Dessa maneira, o Balanço Social faz com que a sociedade possa conhecer o conjunto de ações desenvolvidas pela entidade e quais são os benefícios que resultam de sua atuação, seja no âmbito econômico, social, ecológico, cultural ou nas suas ações de cidadania (MAZZIONI e TINOCO, 2005).

2.1.1 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é uma das vertentes do Balanço Social, no entanto, de acordo com Santos e Hashimoto (2003), sua informação é de natureza econômica, pois permite analisar e apurar o desempenho econômico da organização e o seu relacionamento com a comunidade na qual está inserida.

De acordo com Marion (2009, p. 512), o Valor Adicionado ou Valor Agregado procura evidenciar para quem a entidade está direcionando a riqueza gerada, ou ainda, admitindo que o valor que a empresa adiciona por meio de sua atividade seja uma “pizza”, para quem estão sendo distribuídas as fatias e de que tamanho são estas.

Conforme Cunha (2002), ocorrerá a geração de riqueza (ou valor agregado) sempre que o valor monetário do produto ou serviço que foi gerado, for superior ao valor dos recursos consumidos para sua geração.

Consenza (2003) argumenta que a Demonstração do Valor Adicionado tem como objetivo informar sobre a participação de todos os agentes econômicos que contribuíram na geração de riqueza para a entidade e o consequente rateio desta riqueza entre esses

mesmos agentes econômicos, destacando a relação existente entre a organização e a sociedade (MELO, FERREIRA E FERREIRA, 2016).

Esta relação está presente na DVA quando são demonstrados os benefícios que a empresa oferece para a sociedade, bem como a capacidade de gerar riqueza para a economia (CUNHA, RIBEIRO E SANTOS, 2005). Conforme o CPC 09 (2008), a geração de riqueza é medida pela diferença entre o valor das vendas e as matérias primas, mercadorias, materiais, serviços, energia adquiridas de terceiros e que tenham sido transformados em despesas do período. Inclui também a riqueza que não foi produzida pela entidade, mas que foi transferida para ela.

Observa-se que os autores convergem, pois ressaltam que a Demonstração do Valor Adicionado é um importante instrumento, utilizado para evidenciar a relação da empresa com a sociedade a partir da forma como a empresa distribui a riqueza produzida, sendo capaz de gerar informações de cunho social e econômico acerca da entidade.

Apesar de ser uma demonstração de grande importância, esta não era de divulgação obrigatória no Brasil até o ano de 2008. Até então, a divulgação dos relatórios sociais era realizada de forma voluntária. No Brasil, a divulgação da Demonstração do Valor Adicionado tornou-se obrigatória somente para as companhias de capital aberto, a partir da publicação da Lei nº 11.638 de 28/12/2007, que em seu artigo 1º adicionou o inciso V do artigo 176 da Lei nº 6.404 de 15/12/1976.

A partir da inserção da DVA como uma demonstração contábil de divulgação obrigatória no Brasil, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu um pronunciamento técnico que tem como objetivo estabelecer os “critérios para elaboração e apresentação da DVA, a qual representa um dos elementos componentes do Balanço Social e deve contar como uma das demonstrações contábeis integrantes e divulgadas anualmente no fim de cada exercício social” (CPC 09, 2008).

Conforme Santos e Hashimoto (2003), a DVA divide-se em duas partes. Na primeira é evidenciada a forma como foi gerado o valor adicionado pela organização por meio de receitas, insumos adquiridos de terceiros e valores recebidos em transferência. A segunda parte apresenta a forma como o valor adicionado é distribuído entre os agentes formadores da riqueza.

A partir do momento que os agentes econômicos que contribuíram para a geração da riqueza têm acesso às informações constantes na DVA, estes podem usar tais informações de forma a auxiliar na busca pelos seus interesses. Os principais usuários e a forma que utilizam e se beneficiam das informações evidenciadas na DVA são apresentadas no Quadro 2, com base em Bispo, Cia e Dalmácio (2007).

Quadro 2 – Principais usuários das informações da DVA.

Usuários	Utilidade da informação
Funcionários e sindicatos	Podem utilizar as informações na busca por melhores salários e condições de trabalho.
Sócios e acionistas	Informações acerca da remuneração pelo capital investido na empresa.
Fornecedores e credores	Buscam informações acerca de remuneração de empréstimos e da capacidade da empresa em honrar compromissos futuros.
Clientes	Interesse acerca da capacidade de fornecimento futuro de produtos e consultar a relação da empresa com a sociedade.
Comunidade local	Este grupo pode utilizar tais informações para verificar quais benefícios a entidade agrega à comunidade em que está inserida e se este retorno compensa os possíveis danos trazidos pela operação da empresa.
Governos (federal, estadual e municipal)	Utiliza as informações com interesse na capacidade que a empresa tem de pagar tributos.

Fonte: Adaptado de Bispo, Cia e Dalmácio (2007).

Desta forma, a Demonstração do Valor Adicionado é um instrumento utilizado pela contabilidade com intuito de fornecer uma série de informações de cunho econômico, financeiro e social, e que não sejam destinadas a atender somente aos interesses da administração da entidade, seus acionistas ou credores.

A elaboração da DVA deve ser baseada nas demonstrações consolidadas, extraindo dados das contas já utilizadas pela contabilidade, principalmente da DRE (Demonstração do Resultado do Exercício) (CUNHA, 2002). É importante ressaltar, porém, que a DVA não deve ser confundida com esta demonstração, considerando que seu principal objetivo é evidenciar qual foi o resultado da entidade e a forma como este foi gerado.

Na DRE o lucro líquido enfatizado equivale à parcela do valor adicionado distribuída aos sócios e acionistas, na DVA. Com relação às demais parcelas do valor adicionado distribuídas a empregados, governo, credores e fornecedores, na DRE, aparecem como despesas ou custos (MACHADO, MACEDO E MACHADO, 2015).

É de suma importância que os usuários da informação da DVA se utilizem de índices na sua análise. Pois, quando realizada com o auxílio destes indicadores será possível ter uma visão mais abrangente dessa demonstração. De acordo com Matarazzo (2010, p. 81), “índice é a relação entre contas ou grupo de contas das Demonstrações Financeiras, que visa evidenciar determinado aspecto da situação econômica ou financeira de uma empresa”.

Para Dalmácio (2004), as relações criadas entre as contas da Demonstração do Valor Adicionado e do Balanço Patrimonial buscam evidenciar os aspectos mais importantes da DVA, facilitando sua análise e a interpretação das informações nela contidas. Nesse contexto, apresenta-se no Quadro 3, os índices adotados para avaliar o desempenho da Demonstração do Valor Adicionado das empresas.

Quadro 3 – Indicadores para análise da DVA

Indicador	Descrição	Forma de cálculo	Variáveis
Participação de empregados no valor adicionado (PEVA)	Indica o percentual de participação de empregados no valor adicionado total a distribuir.	$PEVA = \frac{VADE}{VAT} \times 100$	VADE = Valor adicionado distribuído aos empregados; VAT = Valor adicionado total a distribuir.
Participação de governos no valor adicionado (PGVA)	Indica o percentual de participação de governos no valor adicionado total a distribuir	$PGVA = \frac{VADG}{VAT} \times 100$	VADG = Valor adicionado distribuído aos governos; VAT = Valor adicionado total a distribuir
Participação de terceiros no valor adicionado (PTVA)	Indica o percentual de participação de terceiros no valor adicionado total a distribuir.	$PTVA = \frac{VADT}{VAT} \times 100$	VADT = Valor adicionado distribuído a terceiros; VAT = Valor adicionado total a distribuir
Participação dos acionistas no valor adicionado (PAVA)	Indica o percentual de participação dos acionistas no valor adicionado total a distribuir.	$PAVA = \frac{VADA}{VAT} \times 100$	VADA = Valor adicionado distribuído aos acionistas; VAT = Valor adicionado total a distribuir.
Grau de retenção do valor adicionado (GRVA)	Apona o percentual de retenção do valor adicionado sob a forma de lucros retidos.	$GRVA = \frac{LR}{VAT} \times 100$	LR = Lucros retidos; VAT = Valor adicionado total a distribuir.
Grau de capacidade de produzir riqueza (GCPR)	Mostra a real capacidade da entidade em produzir riqueza.	$GCPR = \frac{VALPE}{VAT} \times 100$	VALPE = Valor adicionado líquido produzido pela entidade; VAT = Valor adicionado total a distribuir.
Grau de riqueza recebida em transferência (GRRT)	Assinala qual o percentual de riqueza recebida em transferência pela entidade.	$GRRT = \frac{VART}{VAT} \times 100$	VART = Valor adicionado recebido em transferência; VAT = Valor adicionado total a distribuir

Grau de participação dos empregados na riqueza gerada (GPERG)	Indica qual foi a contribuição per capita dos empregados de uma entidade na formação da riqueza.	$GPERG = \frac{VALPE}{QE}$	VALPE = Valor adicionado líquido produzido pela entidade; QE = quantidades de empregados de uma entidade.
Grau de contribuição dos ativos na geração de riqueza (GCAGR)	Aponta a contribuição dos ativos na geração da riqueza de uma entidade.	$GCAGR = \frac{VAT}{AT} \cdot 100$	VAT = Valor adicionado total a distribuir; AT = Ativo total.
Grau de contribuição do patrimônio líquido na geração de riqueza (GCPLGR)	Indica qual o potencial do capital próprio para geração de riqueza de uma entidade.	$GCPLGR = \frac{VAT}{PL} \cdot 100$	VAT = Valor adicionado total a distribuir; PL = Patrimônio Líquido.

Fonte: Elaborado por Francisco e Santos (2016), Adaptado de Dalmácio (2003).

De modo geral, o que se propõe com os indicadores apresentados, é evidenciar alguns dos aspectos relevantes da Demonstração do Valor Adicionado, permitindo extrair um número cada vez maior de informações. Através desses indicadores é possível identificar fatores que podem interferir no aumento e na geração da riqueza, além de possibilitar que os usuários da DVA, como governos, empregados, fornecedores, credores e acionistas possam verificar o percentual de suas participações no total do valor adicionado a distribuir (FRANCISCO E SANTOS, 2016).

2.2 TRABALHOS RELACIONADOS

Estudos anteriores já foram realizados com o objetivo de analisar, por meio da Demonstração do Valor Adicionado, a geração e distribuição de riqueza entre os agentes econômicos, conforme listados no Quadro 4.

Quadro 4 – Trabalhos relacionados.

Autores	Setor / Empresa	Período Analisado	Principais achados
Cunha (2002)	Setores de Indústria, Comércio e Serviços	1996-2000	Não existe relação entre a riqueza gerada e a sua distribuição aos funcionários.
Miranda et al. (2002)	Setor elétrico	1999-2000	A riqueza foi assim distribuída: Governo 50%; Financiadores 28%; Empregados 21% e Acionistas com 1%.
Almeida et al. (2008)	Petrobras	1998-2007	Em média: ao governo 59,39%. 14,97% às Instituições Financeiras; 12,80% ao seu capital próprio, 7,08% para os empregados, e 5,76% aos acionistas.
Bosco e Bispo (2010)	Setores de Serviço, Comércio e Indústria	1977-2006	O setor industrial fornece menor remuneração aos empregados. O setor de serviços é o que melhor remunera seus credores, e quanto à remuneração destinada ao governo, não houve diferença significativa na parcela distribuída.
Francisco e Santos (2016)	Instituições Bancárias	2000-2013	A maior parte da riqueza destinada aos empregados. Em seguida, a quantia repassada aos sócios e acionistas e em terceiro o valor recolhido junto ao governo.

Fonte: Elaborado pelo autor (2018)

Cunha (2002) buscou avaliar a relação existente entre a variação da riqueza das empresas analisadas e a variação da remuneração dos empregados. A amostra foi composta por 198 empresas distribuídas nos ramos de atividade de indústria, comércio e serviço, utilizando um tratamento estatístico de análise descritiva nos dados, sendo calculados média, mediana e desvio padrão da distribuição da riqueza entre os anos 1996 a 2000. Como resultado da pesquisa, o autor afirma que não existe relação entre a riqueza gerada pelas empresas e a sua distribuição aos funcionários, considerando que nos casos em que houve um aumento da riqueza, esta foi canalizada para outros agentes e não para os empregados.

O estudo de Miranda et al. (2002) investigou como o setor elétrico está evidenciando a Demonstração do Valor Adicionado. Na amostra, foram utilizadas as demonstrações financeiras dos exercícios 1999 e 2000, de quinze empresas do setor elétrico brasileiro. Por meio de análises horizontais e verticais, foi possível verificar que o valor adicionado foi distribuído em média, da seguinte forma: governo 50%; financiadores ficaram com 28%; os empregados com 21% e os acionistas com 1%. Sendo possível perceber que a maior parte da riqueza foi destinada ao governo.

Já o trabalho de Almeida et al. (2008), teve como objetivo verificar a capacidade de produção e distribuição de riqueza entre os *stakeholders* da PETROBRAS no período de 1998 a 2007, sendo utilizados indicadores de formação e distribuição de riqueza para a análise. Como resultado, o estudo identificou que a maior parte da riqueza agregada total da empresa destinou-se ao governo, com uma média nos nove anos de 59,39%. Além disso, 14,97% da riqueza foi destinado às Instituições Financeiras para o suprimento das despesas de juros e aluguéis. A empresa ainda agregou 12,80% de sua riqueza ao seu capital próprio, através da retenção de lucros. E por fim, a Petrobras distribuiu 7,08% de sua riqueza para os empregados, e o menor percentual, 5,76% destinou aos acionistas.

Boscov e Bispo (2010) procuraram analisar a distribuição de riqueza gerada por 3.378 empresas distribuídas nos setores de serviço, comércio e indústria, no período de 1997 a 2006, para testar se há diferença significativa na forma como estes setores fizeram sua distribuição aos agentes econômicos que ajudaram a produzi-la: empregados, governo, credores e acionistas. Aplicando a análise de variância, foi possível concluir que o setor industrial é o segmento que, em média, fornece menor remuneração aos seus empregados, o setor de serviços é o que melhor remunera seus credores, porque grande parte da sua riqueza é utilizada para pagamento de juros aos financiadores externos de capital e que não houve diferença significativa na remuneração destinada ao governo entre os setores.

No estudo de Francisco e Santos (2016), buscou-se investigar a distribuição do valor adicionado entre os agentes formadores de riqueza das 10 (dez) maiores instituições bancárias brasileiras em ativos médios no período de 2009 a 2013. Na análise dos dados foi realizada uma avaliação individualizada da DVA através de índices de formação e distribuição da riqueza. A partir da análise, constatou-se um aumento na capacidade de produzir riqueza da amostra. Quanto à distribuição, observou-se que a maior parte da riqueza gerada foi destinada aos empregados, seguida dos sócios e acionistas, com praticamente o mesmo percentual. Já o valor recolhido junto ao governo, ficou na terceira colocação.

Observando os objetivos e resultados dos estudos analisados, é possível perceber que o governo é o principal destinatário da riqueza gerada pelas empresas, seguido dos financiadores externos, que também possuem grande representatividade na distribuição, como é possível observar nos resultados dos trabalhos de Miranda et al. (2002) e Almeida et al. (2008). Os empregados e acionistas são os agentes a quem geralmente se destina a menor parcela da riqueza, o que é contrastado no resultado do estudo de Francisco e Santos (2016), onde a maior parte da riqueza é canalizada para esses grupos, especificamente.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo tem como objetivo analisar a forma como ocorreu a distribuição da riqueza gerada pelas empresas petrolíferas, listadas na B3 (Brasil, Bolsa, Balcão), que atuaram no Brasil nos exercícios 2013 a 2017.

Quanto aos objetivos, a pesquisa é classificada como descritiva, pois segundo Gil (2010) este tipo de pesquisa tem como objetivo principal a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, a formação de relações entre variáveis.

Quanto aos procedimentos, a pesquisa classifica-se como documental. Para Martins e Theóphilo (2009), esse tipo de pesquisa caracteriza-se por utilizar documentos como fonte de dados, informações e evidências.

Quanto à abordagem do problema, a pesquisa classificou-se como quantitativa. Segundo Prodanov e Freitas (2013), pesquisas quantitativas “consideram que tudo pode ser quantificável, o que significa traduzir em números opiniões e informações para classificá-las e analisá-las”.

Para analisar a forma como ocorreu a distribuição da riqueza gerada, optou-se pelo segmento de exploração, refino e distribuição do setor petrolífero. A escolha deste setor da economia justifica-se por se tratar de parcela significativa e representativa na geração de riqueza nacional e até mesmo do ponto de vista internacional.

Para identificar a população de empresas do setor petrolífero foi realizada uma consulta ao site da B3 onde se verificou que neste setor estão listadas 10 (dez) empresas, listadas no quadro 5.

Quadro 5 – Empresas do setor petrolífero, segmento exploração, refino e distribuição listadas na B3.

RAZÃO SOCIAL
Cosan Limited
Cosan S.A.
Dommo Energia S.A.
Óleo E Gás Participações S.A.
Petro Rio S.A.
Petrobras Distribuidora S.A.
Petróleo Brasileiro S.A.
Qgep Participações S.A.
Refinaria De Petróleos Manguinhos S.A.
Ultrapar Participações S.A.

Fonte: Elaborado pelo autor (2018) com base nos dados da pesquisa.

Foram excluídas do estudo as empresas Cosan Limited, Óleo e Gás Participações S.A. e Refinaria de Petróleos Manguinhos S.A por não divulgarem as informações necessárias para o cálculo e análise dos índices. Foram excluídas também as empresas Dommo Energia S.A. e Petro Rio S.A. por apresentarem prejuízo no período, tendo apresentado valor adicionado negativo e isso acarretaria distorções nos índices calculados, dada a formulação matemática dos mesmos.

Desta forma, este estudo foi realizado com amostra, não aleatória, composta por 5 (cinco) empresas, dentro do universo das 10 listadas do segmento. Diante disso, as empresas analisadas no estudo são listadas no Quadro 6:

Quadro 6 – Empresas do setor petrolífero selecionadas para pesquisa

RAZÃO SOCIAL
Cosan S.A.
Petrobras Distribuidora S/A
Petróleo Brasileiro S.A.
Ultrapar Participações S.A.
Qgep Participações S.A.

Fonte: Elaborado pelo autor (2018) com base nos dados da pesquisa.

Os dados foram coletados em Julho de 2018, tendo as informações extraídas das Demonstrações Financeiras consolidadas e dos Formulários de Referência das empresas, relativas ao período de 2013 até 2017, disponíveis no sítio oficial da B3. Desta forma, este estudo foi baseado em dados secundários, que conforme Malhotra (2012, p. 80) são aqueles que foram coletados para um objetivo que não é este estudo e podem ser captados de forma rápida e barata.

Para análise dos dados coletados, inicialmente foi realizado um levantamento da distribuição da riqueza das empresas a partir da Demonstração do Valor Adicionado, sendo possível identificar o vulto de riqueza destinada a cada grupo, utilizando informações do Balanço Patrimonial e Formulário de Referência, e da DVA. Os dados foram coletados de modo a possibilitar o cálculo dos índices já listados no Quadro 3.

A coleta foi orientada pelo Checklist apresentado no apêndice deste artigo, no qual consta a relação de índices para análise da distribuição da riqueza, que são: Participação de Empregados no Valor Adicionado (PEVA), Participação de Governos no Valor Adicionado (PGVA), Participação de Terceiros no Valor Adicionado (PTVA), Participação dos Acionistas no Valor Adicionado (PAVA), Grau de Retenção do Valor Adicionado (GRVA), Grau de Capacidade de Produzir Riqueza (GCPR), Grau de Riqueza Recebida em Transferência (GRRT), Grau de Participação dos Empregados na Riqueza Gerada (GPERG), Grau de Contribuição dos Ativos na Geração de Riqueza (GCAGR), Grau de Contribuição do Patrimônio Líquido na Geração de Riqueza (GCPLGR).

Para o cálculo destes índices, foi utilizado o número médio de empregados, obtido a partir de informações colhidas no Formulário de Referência, os valores do ativo total e do patrimônio líquido utilizados foram coletados no Balanço Patrimonial, as outras variáveis necessárias para o cálculo dos índices foram encontradas na Demonstração do Valor Adicionado.

Posteriormente, foram realizadas análises verticais e horizontais das Demonstrações do Valor Adicionado de cada empresa, no período de 2013 a 2017. Na análise vertical foi possível identificar a real importância de determinada conta dentro do conjunto de contas, enquanto a análise horizontal permitiu analisar a evolução de uma conta ou de um grupo de contas (SILVA, 2010, p. 115 e 116). Desta forma foi possível identificar entre os agentes formadores de riqueza, quais são os que recebem uma maior parcela de valor adicionado e a sua variação ao longo do tempo.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

As informações contidas nas demonstrações coletadas foram submetidas à análise para identificação da riqueza gerada pelo setor petrolífero no período analisado e de que forma esta riqueza foi gerada e distribuída entre os seus agentes formadores.

4.1 VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR

Inicialmente, serão apresentadas informações acerca do volume total de riqueza produzida pelo setor petrolífero no período de 2013 a 2017, dando ênfase às empresas que tiveram destaque positivo ou negativo, seja percentual ou monetariamente.

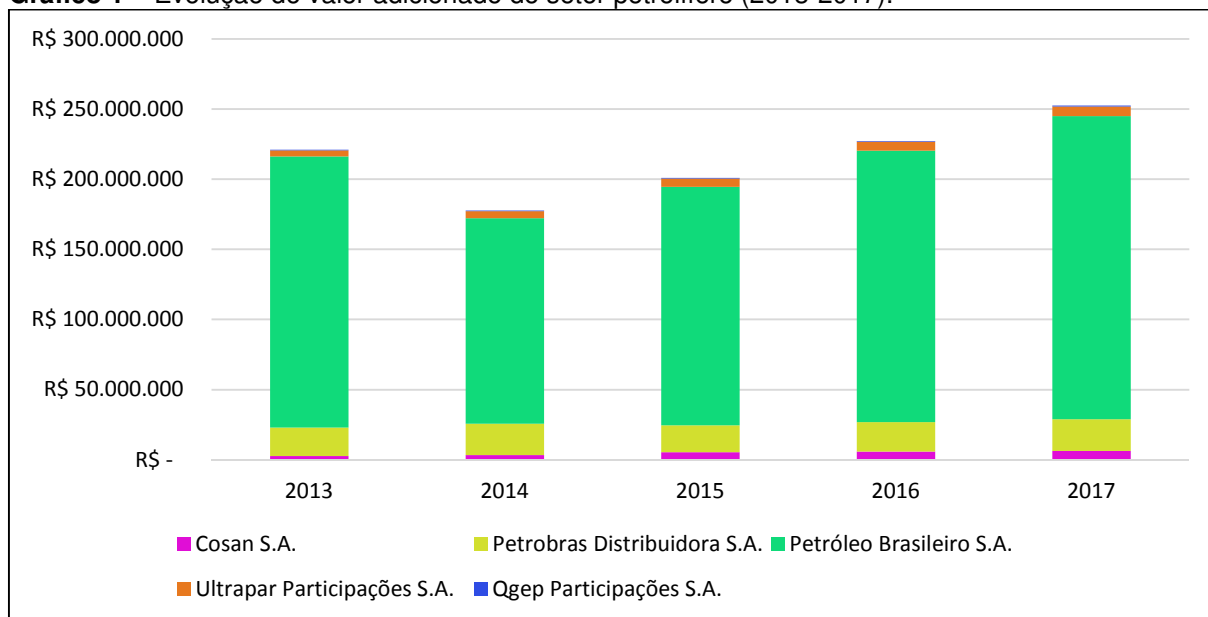
O montante referente ao valor adicionado total a distribuir gerado pelas empresas que compõem a amostra está apresentado no Gráfico 1. Por meio de análise visual da representação gráfica do valor adicionado líquido gerado pelo grupo de empresas, observa-se que a partir de 2014 há tendência de crescimento. Ao longo do período observado ultrapassou 1,07 trilhão de reais em valor adicionado líquido.

É de suma importância destacar que a partir de meados de 2014 o cenário econômico-social vem apresentando dificuldades para o setor petrolífero brasileiro. Dificuldades estas que decorrem, principalmente, de causas concomitantes, bem como, o

desenvolvimento da investigação criminal denominada operação Lava Jato; a crise internacional do petróleo, crise política brasileira entre outros (VARELLA, 2015).

A empresa Petróleo Brasileiro S.A., que compõe a amostra, apresentou o maior somatório do período, sendo responsável sozinha por mais de 918,9 bilhões de reais de riqueza gerada, representando 85,16% do total de riqueza gerada pelo setor. Por outro lado, a Qgep Participações S.A. apresenta um valor adicionado total a distribuir de 2,2 bilhões (0,21%).

Gráfico 1 – Evolução do valor adicionado do setor petrolífero (2013-2017).



Fonte: Elaborado pelo autor (2018) com base nos dados da pesquisa.

A taxa acumulada de crescimento do valor adicionado gerado pelas empresas observadas foi de 14,29% para o período. A Cosan S.A. obteve a maior taxa de crescimento no período (142,92%), em contraponto, a Petrobras Distribuidora S.A. apresentou o menor crescimento na geração da riqueza (10,22%). Em valores monetários, a Petróleo Brasileiro S.A. apresentou 22,8 bilhões de reais de crescimento, ocupando o primeiro lugar no setor. Por outro lado, a Qgep Participações S.A. apresentou um crescimento de R\$ 240,6 milhões, ocupando a última posição do setor. Analisando o montante financeiro movimentado pelas duas empresas, nota-se que a Petróleo Brasileiro S.A. terá maior força para construção do cenário do setor realizado neste estudo.

4.2 DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Neste tópico demonstra-se, por meio dos índices PEVA (Participação de Empregados no Valor Adicionado), PGVA (Participação de Governos no Valor Adicionado), PTVA (Participação de Terceiros no Valor Adicionado) e PAVA (Participação dos Acionistas no Valor Adicionado), a forma como a riqueza produzida pelo setor estudado foi destinada em sua totalidade aos agentes econômicos.

Analisando o Quadro 7, depreende-se que a participação do governo ocupou o primeiro lugar na distribuição da riqueza gerada pela amostra em todo o período analisado. A remuneração do capital de terceiros obteve a segunda posição em todos os anos. O valor da riqueza destinada aos empregados ficou com a terceira posição em todo o período analisado. E em último, tem-se a remuneração do capital próprio.

Quadro 7 – Índices de participação na distribuição de Valor Adicionado do setor petrolífero

Índice/ano	2013	2014	2015	2016	2017
PEVA	13,81%	19,36%	16,60%	16,99%	12,95%
PGVA	56,35%	69,80%	64,42%	55,46%	55,73%
PTVA	17,65%	21,42%	35,79%	32,06%	29,35%
PAVA	12,19%	-10,58%	-16,81%	-4,59%	1,72%

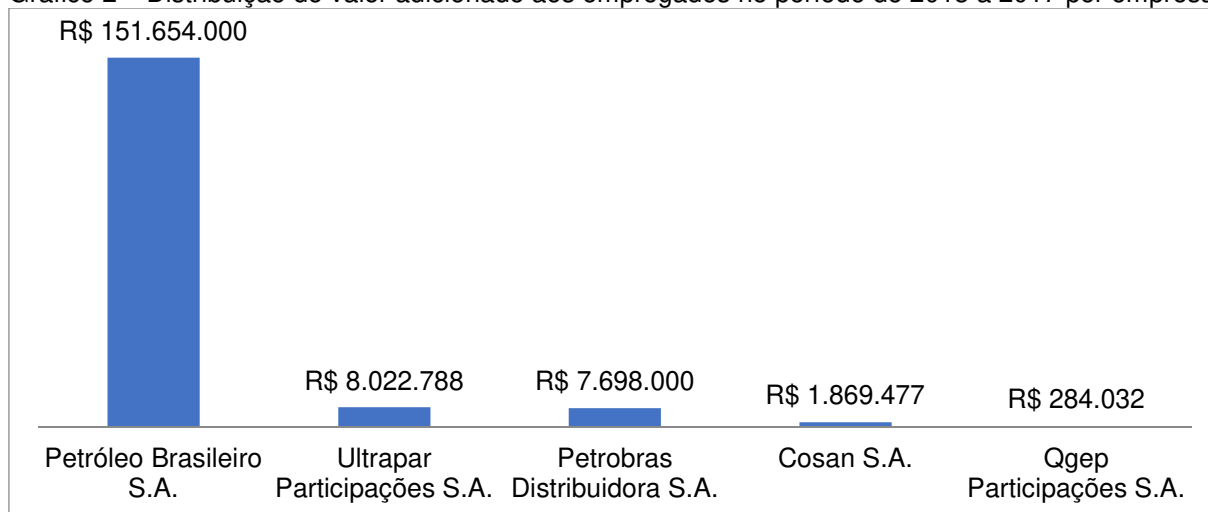
Fonte: Elaborado pelo autor (2018) com base nos dados da pesquisa.

Ao analisar a parcela da riqueza destinada aos empregados, na forma de remuneração direta, encargos e benefícios, observa-se que em 2013 passou de 13,81% do total do valor adicionado para 12,95% em 2017. Isso representou uma redução de 6,22% durante o período. Percentualmente, a Ultrapar Participações S.A. foi a que mais destinou recursos aos empregados no período (27,99%) e a Petrobras Distribuidora S.A. a menor parcela (7,26%).

No período de 2013 a 2017 a Petróleo Brasileiro S.A. destinou 16,5% aos empregados, sendo a segunda que mais distribuiu riqueza a este agente, no setor. De acordo com o estudo de Almeida et al. (2008), no período de 1998 a 2007 esta apresentou um PEVA médio de 7,07%, o que mostra que o valor distribuído aos empregados pela Petróleo Brasileiro S.A. teve um aumento de 133,38%.

Quanto ao volume financeiro distribuído, o primeiro lugar ficou com a Petróleo Brasileiro S.A. que distribuiu aos seus empregados 151,6 bilhões de reais no período, o que corresponde a 89,45% de todo o valor distribuído aos empregados pelo setor, no período. Por outro lado, a Qgep Participações S.A. distribuiu 284,03 milhões de reais, sendo a que distribuiu o menor volume financeiro, conforme pode ser visualizado no Gráfico 2.

Gráfico 2 – Distribuição do valor adicionado aos empregados no período de 2013 a 2017 por empresa



Fonte: Elaborado pelo autor (2018) com base nos dados da pesquisa.

Os recursos recolhidos junto ao governo, sob a forma de impostos, taxas e contribuições, apresentaram uma redução de 1,10% no ano de 2017, quando comparado ao ano de 2013. Neste último, o valor destinado ao governo representava 56,35% do total da riqueza gerada, caindo para 55,73% em 2017.

Observou-se que a Petrobras Distribuidora S.A foi responsável pela maior parcela do valor adicionado destinado ao governo no período 82,01%, já a Ultrapar Participações S.A. destinou a menor parcela de aproximadamente 27,69%. Analisando quanto ao montante financeiro, a Petróleo Brasileiro S.A. contribui com maior volume financeiro destinando aos cofres públicos o montante de 541,7 bilhões de reais, no período analisado. Já a Qgep

Participações S.A. distribuiu o menor volume financeiro dentre as empresas que compõe a amostra deste estudo, com 922,4 milhões de reais.

Analisando a participação de juros e aluguéis, que representa a remuneração do capital de terceiros, notou-se que quando comparado aos outros agentes econômicos, este foi o que alcançou a maior taxa de crescimento do período, 66,28%. Em 2013 a Participação de Terceiros no Valor Adicionado (PTVA) representava 17,65%, já em 2017 representava 29,35% do valor adicionado produzido pelo setor. A Cosan S.A., no agregado, destinou 40,88% do valor adicionado total do período para esse agente, ocupando a primeira posição do setor, sendo, deste montante, 98,3% destinado ao pagamento de juros, e apenas 1,7% destinado a aluguéis. A Qgep Participações S.A., percentualmente, foi a que menos repassou recursos a terceiros no período, 2,93% do valor adicionado total.

A parcela do valor adicionado que pertence aos sócios/acionistas apresenta uma redução significativa de 85,89% no acumulado do período. No ano de 2013 o setor destinou 12,19% do seu valor adicionado aos sócios/acionistas, já em 2017, destinou apenas 1,72%. Ressalta-se que a quantia destinada a esse agente foi a que apresentou os menores valores absolutos durante todos os anos do período observado. A posição dos sócios/acionistas como o agente econômico que recebe a menor parcela do valor adicionado é confirmada no estudo de Almeida et al. (2008), cabendo ressaltar que neste período (1997 a 2008) o setor petrolífero brasileiro estava em ascensão e não passava por grandes dificuldades como as ocorridas no período de 2013 a 2017.

A Qgep Participações S.A. foi a instituição que destinou a maior parcela do seu valor adicionado a sócios/acionistas no período, 43,77% do valor adicionado líquido apurado. Em algumas empresas, a riqueza gerada não foi suficiente para honrar seus compromissos com os empregados, o governo e os financiadores externos, tal situação fez com que os detentores do capital próprio das companhias tivessem que absorver esse resultado negativo. São elas: Petróleo Brasileiro S.A., que teve prejuízo no período de 2014 até 2017 e Petrobras Distribuidora S.A., nos anos 2015 e 2016.

Diante da participação negativa dos sócios/acionistas optou-se em comparar a geração de riqueza com a distribuição a estes. O Quadro 8 apresenta a geração de riqueza do setor petrolífero brasileiro no período analisado, e está subdivida por empresa na ordem decrescente de geração de riqueza. Assim, é possível observar que a Petróleo Brasileiro S.A. foi a empresa que mais gerou valor adicionado no período, 918,9 bilhões de reais. Em segundo lugar, aparece a Petrobras Distribuidora S.A. com 106,01 bilhões de reais, seguida pela Ultrapar Participações S.A. que acumulou um montante de 28,6 bilhões de reais. A Cosan S.A. aparece com 23,1 bilhões de reais na quarta colocação. Por fim, na última colocação, aparece a Qgep Participações S.A. com 2,2 bilhões de reais.

Quadro 8 – Valor Adicionado Total a Distribuir e PAVA

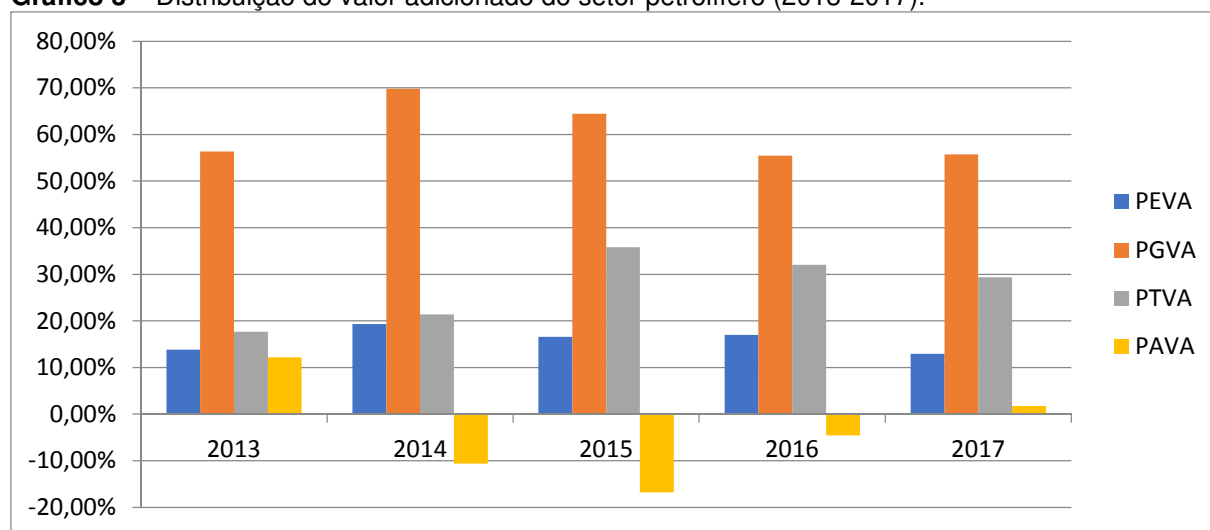
Empresa	Valor Adicionado Total	PAVA
Petróleo Brasileiro S.A.	R\$ 918.951.000	-5,09%
Petrobras Distribuidora S.A.	R\$ 106.011.000	2,76%
Ultrapar Participações S.A.	R\$ 28.658.677	24,90%
Cosan S.A.	R\$ 23.173.960	17,22%
Qgep Participações S.A.	R\$ 2.263.806	43,77%

Fonte: Elaborado pelo autor (2018) com base nos dados da pesquisa.

Ao classificar as empresas pela participação dos sócios/acionistas na distribuição da riqueza, o ranking teria uma ordenação distinta da apresentada. A empresa que, percentualmente, destinou maior proporção de seus recursos aos sócios/acionistas é a Qgep Participações S.A., com 43,77% do valor adicionado. Em segundo lugar, aparece a Ultrapar Participações S.A. com 24,9%. Logo após, a Cosan S.A. com 17,22%. A Petrobras Distribuidora S.A., segundo na geração de riqueza, é apenas o quarto colocado na distribuição de capital a sócios/acionistas. Por fim, a Petróleo Brasileiro S.A. que liderou a

geração de riqueza no período, só aparece na quinta posição, apresentando uma PAVA de -5,09%.

Gráfico 3 – Distribuição do valor adicionado do setor petrolífero (2013-2017).



Fonte: Elaborado pelo autor (2018) com base nos dados da pesquisa.

O Gráfico 3 permite uma melhor visualização dessa distribuição ao longo dos cinco anos. Conforme é possível observar, nos anos de 2014, 2015 e 2016, o valor distribuído aos sócios/acionistas foi negativo. Cabe ressaltar que esta queda foi impulsionada pela empresa Petróleo Brasileiro S.A., pelo fato de que esta tem uma grande representatividade no setor petrolífero brasileiro.

4.3 OUTROS ÍNDICES DE ANÁLISE DA DVA

Neste tópico foram realizadas análises por meio dos índices GRVA (Grau de Retenção do Valor Adicionado), GCPR (Grau de Capacidade de Produzir Riqueza), GRRT (Grau de Riqueza Recebida em Transferência), GPERG (Grau de Participação dos Empregados na Riqueza Gerada), GCAGR (Grau de Contribuição dos Ativos na Geração de Riqueza) e GCPLGR (Grau de Contribuição do Patrimônio Líquido na Geração de Riqueza). De acordo com Dalmácio (2004), estes índices permitem uma inter-relação entre várias contas das demonstrações contábeis, possibilitando uma análise sob vários ângulos.

Conforme é possível observar no Quadro 8, o percentual da riqueza gerada e que foi agregada ao capital próprio sob a forma de lucros retidos (GRVA), foi de 7,5% em 2013 para 0,63% em 2017, o que representou uma redução de 91,6% no período. A Qgep Participações S.A. foi a companhia que obteve o maior Grau de Retenção do Valor Adicionado (GRVA) no período, 43,77%. A Petróleo Brasileiro S.A. obteve o menor percentual (-6,25%).

Quadro 8 – Índices utilizados na análise da DVA do setor petrolífero (2013-2017)

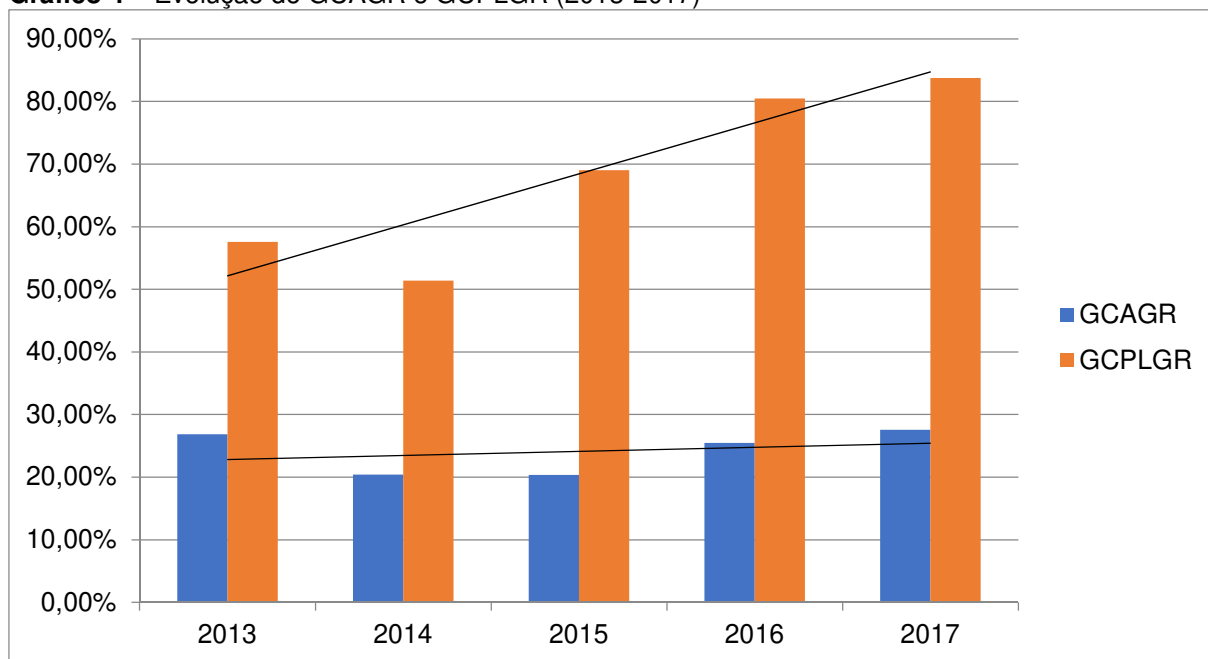
Índice/ano	2013	2014	2015	2016	2017
GRVA	7,50%	-11,10%	-17,30%	-6,15%	0,63%
GCPR	96,80%	94,95%	95,28%	96,22%	96,21%
GRRT	3,20%	5,05%	4,72%	3,78%	3,79%
GCAGR	26,84%	20,40%	20,37%	25,48%	27,56%
GCPLGR	57,57%	51,40%	69,01%	80,47%	83,73%
GPERG	R\$ 1.968,64	R\$ 1.586,50	R\$ 1.819,06	R\$ 2.476,87	R\$ 3.497,92

Fonte: Elaborado pelo autor (2018) com base nos dados da pesquisa.

O Grau de Capacidade de Produzir Riqueza (GCPR) acima de 95% em todos os anos observados, com exceção de 2014, demonstra a grande capacidade que o setor possui de gerar riqueza por si só. No entanto, houve uma pequena queda de 0,60% considerando todo o período. Consequentemente o percentual de riqueza recebida em transferência (GRRT) manteve-se abaixo dos 5% em grande parte do período analisado, com exceção do ano de 2014, no qual este chegou a 5,05%. No acumulado do período, a riqueza recebida em transferência apresentou um crescimento de 18,43%. A empresa Petróleo Brasileiro S.A. apresentou o melhor desempenho no que diz respeito a geração de riqueza dentro da própria empresa, 97,27%. A Cosan S.A. apresentou o menor índice do período, 63,52%. Nota-se que as posições se invertem quando se trata da riqueza recebida em transferência. Já no estudo de Almeida et al. (2008) foi possível observar que no período de 1998 a 2007 a empresa Petróleo Brasileiro S.A. obteve um GCPR médio de 93,02%, consequentemente o GRRT foi de 6,98%.

Quanto ao Grau de Contribuição dos Ativos na Geração de Riqueza (GCAGR), observa-se que houve um pequeno crescimento de 2,68% no período. Esse percentual era de 26,84% em 2013 e no final de 2017 chegou a 27,56%. Considerando todo o período, a Petrobras Distribuidora S.A. ocupou a primeira posição com um GCAGR de 77,87%. Em contraponto, a Qgep Participações S.A. apresentou um GCAGR de 13,14%.

Gráfico 4 – Evolução do GCAGR e GCPLGR (2013-2017)



Fonte: Elaborado pelo autor (2018) com base nos dados da pesquisa.

Também se observou um crescimento de 45,44% no Grau de Contribuição do Patrimônio Líquido na Geração de Riqueza (GCPLGR), que demonstra a capacidade de contribuição do capital próprio na geração de riqueza de uma entidade. Esse percentual era de 57,57% em 2013, passando para 83,73% no final de 2017. A Petrobras Distribuidora S.A. apresentou o melhor índice no período, 211,25%. Por outro lado, a Qgep Participações S.A. obteve o pior desempenho, 16,63%.

Para o cálculo do Grau de Participação dos Empregados na Riqueza Gerada, utilizou-se o número de empregados existentes no início e no final de cada período para se obter a média. Como início do período, considerou-se o registro existente no último dia do período imediatamente anterior. O número médio de empregados do setor petrolífero em cada ano está representado no Quadro 9.

Quadro 9 – Número médio de empregados do setor (2013-2017)

Empresa/ano	2013	2014	2015	2016	2017	TOTAL
Cosan S.A	32.543	29.690	28.972	15.269	919	107.392
Petrobras Distribuidora S.A	4.437	4.251	4.067	3.884	3.477	20.115
Petróleo Brasileiro S.A	62.285	60.655	57.746	54.065	49.117	283.868
Ultrapar Participações S.A	9.259	11.607	14.291	14.889	15.811	65.855
Qgep Participações S.A	93	121	130	130	126	599
TOTAL	108.616	106.322	105.206	88.235	69.449	477.828

Fonte: Elaborado pelo autor (2018) com base nos dados da pesquisa.

No ano de 2013, a participação per capita dos empregados foi R\$ 1.968,64 por empregado, já em 2017, esse valor foi de R\$ 3.497,92 por empregado, o que representou uma alta de 77,68% ao longo do período analisado. A Petrobras Distribuidora S.A. deteve a melhor colocação nesse quesito, apresentando um Grau de Participação dos Empregados na Riqueza Gerada (GPERG) de R\$ 4.930,35 por empregado no período. A Cosan S.A. demonstrou o menor GPERG, R\$ 137,07 por empregado no período. É importante ressaltar que a elevação no Grau de Participação dos Empregados na Riqueza Gerada também está relacionada com a redução de empregados próprios, e em contraponto o aumento no número de terceirizados.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho objetivou analisar a forma como ocorreu a distribuição da riqueza gerada pelas empresas petrolíferas, segmento de exploração, refino e distribuição, listadas na B3 (Brasil, Bolsa, Balcão), que atuaram no Brasil nos exercícios 2013 a 2017.

Neste estudo, constatou-se que o setor petrolífero apresenta grande capacidade de gerar riqueza, sendo que 95,95% da riqueza agregada é gerada no próprio setor e apenas 4,05% é recebida em transferências. Também se verificou um aumento na capacidade do patrimônio líquido produzir riqueza, já a capacidade do ativo produzir riqueza sofreu pequenas alterações no período analisado. Tal fato ocorreu pela significativa redução do patrimônio líquido e pelo crescimento do ativo total do setor, os quais influenciam diretamente o cálculo destes índices.

Quanto à distribuição do valor adicionado, observou-se que a maior parte da riqueza gerada pelo setor destinou-se ao governo, com uma média nos cinco anos de 59,74%. Além disso, 27,42% da riqueza foi destinada a terceiros para o suprimento das despesas de juros e aluguéis. E por fim, o setor petrolífero distribuiu 15,71% de sua riqueza líquida gerada para os empregados, e os acionistas absorveram prejuízo de 2,94% do valor adicionado produzido. Também foi possível observar que as empresas que mais geraram riqueza, foram as que menos distribuíram valor adicionado aos seus sócios e acionistas.

Vale ressaltar que os resultados obtidos neste estudo não podem retratar a realidade de todo o setor petrolífero tendo em vista que foi realizado a partir de amostra não probabilística.

Apesar dos resultados encontrados, destaca-se que o estudo apresentou como limitação a impossibilidade da análise do número total de empresas do setor petrolífero do segmento em questão, diante da ausência de divulgação de informações necessárias para o cálculo dos índices e suas conseqüentes interpretações. Além disso, algumas empresas apresentaram prejuízo, resultando em um valor adicionado negativo, e isso acarretaria distorções nos índices calculados, dada a formulação matemática dos mesmos.

Como proposta para pesquisas futuras, sugere-se que seja analisada a capacidade de geração de riqueza pelas empresas, fazendo relação com o cenário econômico no qual a empresa está inserida. Sugere-se também realizar um estudo comparativo da geração da riqueza e sua distribuição dos diferentes setores da economia brasileira.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, N. S. de, et al. A Utilização da Demonstração do Valor Adicionado na análise da produção e distribuição de riqueza entre os stakeholders: um estudo de caso da PETROBRAS. In: **CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, XV.**, 2008, Curitiba. Anais... Curitiba: [s. n.], 2000.

BRASIL. **Setor de petróleo e gás chega a 13% do PIB brasileiro.** Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2014/06/setor-de-petroleo-e-gas-chega-a-13-do-pib-brasileiro>>. Acesso em: 11 jan. 2018.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. **Petróleo e derivados constituem base da economia produtiva mundial.** Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/infraestrutura/2011/11/petroleo-e-derivados-constituem-base-da-economia-mundial>>. Acesso em: 24 abr. 2018.

BRASIL. Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. **Dispõe sobre as Sociedades por Ações.** Brasília, DF, 19 Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6404consol.htm>. Acesso em: 31 mar. 2018.

BRASIL. Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007. **Altera e revoga dispositivos da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei no 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras.** Brasília, DF, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11638.htm>. Acesso em: 31 mar. 2018.

BISPO, J. de S.; CIA, J. N. de S.; DALMÁCIO, F. Z. Um estudo exploratório das variáveis que contribuem para a geração de riqueza pelas empresas que atuam no Brasil. In: **X Congresso Internacional de Costos Contabilidad, Control, Auditoría, Gestión de Costos y Mundializacion.** 2007, Lyon-França. v. 1. p. 1-15. Disponível em: <www.fucape.br/_admin/upload/prod_cientifica/FLAVIA%20-%20FRANCA.pdf>. Acesso em 7 abr 2018.

BOSCOV, C; BISPO, J. de S. A comparação da distribuição de riqueza gerada entre os setores de serviço, comércio e indústria. **Revista Contexto**, Porto Alegre, v. 10, n. 17, p.59-70, 1º semestre. 2010.

CONSENZA, J. P. A eficácia informativa da Demonstração do Valor Adicionado. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, Edição Comemorativa, p. 7-29. 29 out. 2003.

Comitê de Pronunciamentos Contábeis. **Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado.** Disponível em: <http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/175_CPC_09.pdf>. Acesso em: 13 mar 2018.

CUNHA, J. V. A. da. **Demonstração do Valor Adicionado - DVA:** um instrumento de mensuração da distribuição da riqueza das empresas para os funcionários. 2002. 207 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Contábeis, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

CUNHA, J. V. A. da. RIBEIRO, M. de S.; SANTOS, A. dos. A demonstração do valor adicionado como instrumento de mensuração da distribuição da riqueza. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, v. 16, n37, p. 7-23. jan./abr 2005.

DALMACIO, F. Z. Indicadores Para Análise da Demonstração do Valor Adicionado. **Revista**

Brasileira de Contabilidade, Brasília, n. 149, p. 89-96, set./out. 2004.

FRANCISCO, J. R. de S.; SANTOS, P. T. dos. Desempenho na distribuição de riqueza medida por meio da DVA do setor bancário brasileiro. In: Congresso Brasileiro de Contabilidade, 20º, 2016, Fortaleza. **Anais dos Trabalhos Científicos e Técnicos do Congresso Brasileiro de Contabilidade...** Fortaleza: [s.n.], 2016. p. 1-13. Disponível em: <<http://cbc.cfc.org.br/comitecientifico/images/stories/trabalhos/351C.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5 Ed. - São Paulo: Atlas, 2010.

IUDÍCIBUS, S.; MARTINS, E.; GELBCKE, E. R.; SANTOS, A. **Manual de Contabilidade Societária**: Aplicável a todas as Sociedades de acordo com as Normas Internacionais e do CPC. Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras. FIPECAFI. 1ª. Ed. São Paulo. Editora Atlas, 2010.

MARION, J. C. **Contabilidade Empresarial**. 15 Ed. - São Paulo: Atlas, 2009.

MACHADO, M. A. V.; MACEDO, M. A. da S.; MACHADO, M. R. Análise da relevância do conteúdo informacional da DVA no mercado brasileiro de capitais. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, v. 26, n. 67, p. 57-69. jan./abr 2015.

MARTINS, G. A.; TEOFILO, C. R. **Metodologia da Investigação Científica para Ciências Sociais Aplicadas**. 2 Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MALHOTRA, N. K. **Pesquisa de marketing**: uma orientação aplicada. 6 Ed. – Porto Alegre: Bookman, 2012.

MAZZIONI, S.; TINOCO, J. E. P. Balanço social para uma fundação universitária. In: **CONGRESSO USP CONTROLADORIA E CONTABILIDADE**, 5., 2005, São Paulo. Anais... São Paulo, 2005.

MELO, F. L. de; FERREIRA, L. F. ; RERREIRA, D. D. M. Demonstração do Valor Adicionado: um estudo sobre a destinação da riqueza nas regiões brasileiras. In: Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade, XIII, 2016, São Paulo. **Anais - XIII Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade...** São Paulo: [s.n.], 2016.

MIRANDA, L. C. et al. Análise financeira da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) das empresas do setor elétrico brasileiro. **Contabilidade Vista e Revista**, Minas Gerais, v. 13, n. 3, p.71-92, dez. 2002.

PINTO, L. J. S. **A evolução histórica da contabilidade e as principais escolas doutrinárias**. 2002. 35 f. Monografia (Especialização em finanças e gestão corporativa) - Universidade Cândido Mendes, Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <<http://www.avm.edu.br/monopdf/22/LEONARDO%20JOSE%20SEIXAS%20PINTO.pdf>>. Acesso em: 11 jan. 2018.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **METODOLOGIA DO TRABALHO CIENTÍFICO**: Métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho. 2. Ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

PORTER, M. E.; KRAMER, M. R. The competitive advantage of corporate philanthropy. **Harvard Business Review**. p. 56-68. Dez. 2002.

SANTOS, A. dos; HASHIMOTO, H. Demonstração do valor adicionado: algumas considerações sobre carga tributária: algumas considerações sobre carga tributária. **Revista**

de Administração USP, São Paulo, v. 38, n. 2, p.153-164, abr./mai./jun. 2003. Disponível em: <<http://www.rausp.usp.br/download.asp?file=V3802153.pdf>>. Acesso em: 07 abr. 2018.

SILVA, A. A. da; **Estrutura, análise e interpretação das demonstrações contábeis**. 2. Ed. – São Paulo: Atlas, 2010.

TINOCO, J. E. P. **Balanço social – Uma abordagem sócio-econômica da contabilidade**. 1984. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) – Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1984.

VARELLA, Marcelo D. A necessidade de repensar os mecanismos da responsabilidade ambiental em caso de riscos de vazamento de petróleo na zona econômica exclusiva no Brasil. **Direito Internacional**, Brasília, v. 12, n. 1, pp 241-249, 2015.

APÊNDICE

CHECK LIST

Razão Social:					
Indicador	Ano 01	Ano 02	Ano 03	Ano 04	Ano 05
Participação de empregados no valor adicionado (PEVA)					
Participação de governos no valor adicionado (PGVA)					
Participação de terceiros no valor adicionado (PTVA)					
Participação dos acionistas no valor adicionado (PAVA)					
Grau de retenção do valor adicionado (GRVA)					
Grau de capacidade de produzir riqueza (GCPR)					
Grau de riqueza recebida em transferência (GRRT)					
Grau de participação dos empregados na riqueza gerada (GPERG)					
Grau de contribuição dos ativos na geração de riqueza (GCAGR)					
Grau de contribuição do patrimônio líquido na geração de riqueza (GCPLGR)					

Fonte: Elaborado por Francisco e Santos (2016), Adaptado de Dalmácio (2003).